

ANEXO 1 DIRETRIZES DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS

1. Como parte do processo de submissão, os(as) autores(as) são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os requisitos listados neste anexo, em atendimento aos itens 14, 16 e 23 do Edital nº 1/2025.

2. As submissões que estiverem em desacordo com as normas serão devolvidas aos(às) autores(as), conforme estabelecido no item 28 do mesmo Edital.

3. Condições para recebimento dos artigos:

3.1. Ineditismo: os artigos deverão ser inéditos, ou seja, não poderão ter sido divulgados em outros meios (blogs, sites ou outras publicações).

3.2. Tamanho do texto: mínimo de 10 e máximo de 20 páginas, incluindo notas de rodapé e bibliografia.

3.3. Número de autores(as) por artigo: máximo de três autores por artigo.

3.4. Idioma: podem ser encaminhar artigos redigidos em português e espanhol.

3.5. Tipo de arquivo: são admitidos arquivos com extensões .DOC, .DOCX, .RTF e .ODT, observadas as normas de publicação e os parâmetros de editoração estabelecidos neste Anexo.

3.6. Requisitos para os(as) autores(as): admitem-se apenas artigos de autores com titulação mínima de graduado.

3.7. Fomento: A pessoa autora deve informar ao conselho editorial a existência de qualquer financiamento, bolsa de pesquisa ou benefícios recebidos, de fonte comercial ou não, declarando não haver conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado.

4. Formatação e composição dos artigos:

4.1. A configuração da página deve ser feita no padrão A4 (210 mm x 297 mm), com margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm.

4.2. As seções iniciais e finais do artigo devem ser denominadas introdução e conclusão, respectivamente. “Introdução”, “conclusão” e “referências” não devem ser numeradas.

4.3. Os textos submetidos deverão conter os seguintes itens: 4.3.1. Elementos pré-textuais:

4.3.1.1. Título: título e subtítulo do artigo devem ter apenas a primeira letra de cada frase em maiúscula, salvo nos casos em que o uso desta seja obrigatório. Exemplo: A suposta permissão do Código Civil para emissão eletrônica dos títulos de crédito.

4.3.1.2. Resumo: Deve ser um texto conciso com, no máximo, 10 (dez) linhas, redigido em parágrafo único, que ressalte o objetivo e o assunto principal do artigo. A enumeração de tópicos não deve ser usada nesse item. Deve-se, ainda, evitar o uso de símbolos e contrações que não tenham uso corrente e de fórmulas, equações e diagramas.

4.3.1.3. Palavras-chave: Indicar até 5 (cinco) termos que classifiquem o trabalho com precisão adequada para sua indexação, separados por ponto e vírgula.

4.3.1.4. Sumário: deve ser posicionado abaixo das palavras-chave e antes do início do texto, e reproduzir somente número e nome das seções principais que compõem o artigo, não incluindo “Introdução”, “Conclusão” e “Referências”. 4.3.1.5. Certos elementos pré-textuais, a saber, Título, Resumo e Palavras-chave, deverão contar com traduções obrigatórias para o idioma inglês.

4.3.2. Corpo do texto:

4.3.2.1. Os artigos devem ser escritos em fonte Times New Roman, normal, tamanho 12 para título, corpo de texto, citações e sumário, espaçamento entrelinhas de 1,5 e alinhamento justificado.

4.3.2.2. O corpo do texto deve ser organizado em introdução, desenvolvimento e considerações finais.

4.3.2.3. A introdução deve conter a justificativa e os objetivos do trabalho, além de ressaltar a relevância do tema debatido; o desenvolvimento, abranger a discussão e/ou análise das hipóteses apresentadas, com amparo bibliográfico adequado; as considerações finais, conter de forma concisa a resposta aos objetivos propostos.

4.3.2.4. A numeração dos tópicos deve ser progressiva, identificada com algarismos arábicos, sem ponto, com dois espaços antes do título do tópico (Exemplo: 2); as subseções deverão conter ponto intermediário (Exemplo: 2.1).

4.3.2.5. Todo destaque que se queira dar ao texto deverá ser feito com o uso de itálico, evitando-se o uso de negrito, sublinhado ou aspas.

4.3.2.6. As citações de outros(as) autores(as) que contenham até 3 (três) linhas deverão ser feitas entre aspas, no corpo do texto, sem o uso de itálico.

4.3.2.7. As citações que ultrapassarem 3 (três) linhas deverão figurar em parágrafo próprio, com recuo de 4,0 (quatro) cm, em fonte Times New Roman, tamanho 10, sem aspas — conforme orientações da ABNT NBR 10520:2023 (Citações em documentos).

4.3.2.8. As citações deverão seguir sistema numérico de citação.

4.3.2.9. Na citação, não se deve usar abreviaturas dos prenomes dos(as) autores(as).

4.3.2.10. Em obras traduzidas, é obrigatória a indicação do nome do tradutor.

4.3.2.11. A citação de acórdãos exige a referência completa do tribunal, número do acórdão, nome do relator, órgão julgador, data de julgamento e meio de publicação, com respectiva data. Evitar notação iniciada pelo nome do país (ABNT). Recomenda-se o padrão adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, evitando-se, porém, o uso de caixa-alta nos nomes dos relatores e das turmas julgadoras.

4.3.2.12. Os destaques existentes na obra original devem ser reproduzidos de forma idêntica na citação. Caso não haja destaques no original, mas o autor do artigo deseje ressaltar alguma informação, é possível utilizar-se desse recurso, atentandose às normas especificadas a seguir:

4.3.2.13. Destaques no original: após a transcrição da citação, empregar a expressão “grifo(s) no original” entre parênteses;

4.3.2.14. Destaques do autor do artigo: após a transcrição da citação, empregar a expressão “grifo(s) nosso(s)” entre parênteses.

4.3.2.15. Outros destaques em trechos do texto devem ocorrer apenas no estilo de fonte itálico (não em negrito ou sublinhado) e somente nos seguintes casos: a) expressões em língua estrangeira; e b) realce de expressões.

4.3.2.16. As citações em língua estrangeira devem ser sempre traduzidas para o idioma predominante do artigo nas notas de rodapé, acompanhadas do termo “tradução nossa” entre parênteses.

4.3.2.17. As notas de rodapé de cada página serão usadas, preferencialmente, para apresentação de conceitos e explicações que não possam ser inseridos no corpo do texto, em Times New Roman, tamanho 10.

4.3.3. Referências:

4.3.4. Todos os documentos mencionados no texto devem constar nas referências, de acordo com a ABNT NBR 6023:2018.

4.3.5. As referências devem ser digitadas com fonte Times New Roman, normal, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 e alinhamento à esquerda.

4.3.6. As referências legislativas e jurisprudenciais não são obrigatórias para fins de inclusão nas Referências ao final do texto. Contudo, se incluídas, deverão integrar seções específicas de Referências Legislativas e Referências Jurisprudenciais, além de contar com todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização.

4.3.7. Em referências de sites da internet, deverá ser indicada expressamente a data de acesso, no seguinte formato: Acesso em: 25 ago. 2025

4.3.8. Para auxiliar na composição das referências, estão reproduzidos exemplos abaixo:

4.3.8.1. Livros (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, trabalhos acadêmicos):

4.3.8.2. Impressos (exemplo): BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. Responsabilidade social: práticas sociais e regulação jurídica. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

4.3.8.3. Eletrônicos (exemplo): BRASIL. Combate a Cartéis e Programa de Leniência. Secretaria de Direito Econômico, Ministério da Justiça, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 3. ed. 2009. Disponível em: http://www.cade.gov.br/upload/Cartilha%20Leniencia%20SDE_CADE.pdf. Acesso em: 29 abr. 2016.

4.3.8.4. Coletâneas (exemplos): AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

4.3.8.5. Periódicos:

4.3.8.6. Impressos (exemplo): MENDES, Gilmar Ferreira. O Mandado de Injunção e a necessidade de sua regulação legislativa. Revista Jurídica da Presidência. Brasília, v. 13, n. 100, jul./set. 2011, p. 165-192.

4.3.8.7. Eletrônicos (exemplo): COELHO, Fábio Ulhoa. O Projeto de Código Comercial e a proteção jurídica do investimento privado. Revista Jurídica da Presidência. Brasília, v. 17, n. 112, jun./set. 2015, p. 237-255. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1113/1099>. Acesso em 16 mar. 2016.

4.3.8.8. Atos normativos (exemplo): BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. de 2016.

4.3.8.9. Projetos de lei (exemplo): BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 6.793/2006, versão final. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382965&filename=PL+6793/2006. Acesso em: 16 mar. 2016.

4.3.8.10. Jurisprudência: Impressa (exemplo): BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula no 14. In: _____. Súmulas. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994, p. 16.

4.3.8.11. Eletrônica (exemplo): BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus no 97.976 MC/MG. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 12 mar. 2009. Diário de Justiça Eletrônico. Disponível em: [https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(\(97976.NUM E.%20OU%2097976.DMS.\)\)%20](https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=((97976.NUM E.%20OU%2097976.DMS.))%20). Acesso em: 16 mar. 2016.

4.3.8.12. Notícias eletrônicas (exemplos): COSTA, Rodolfo. Ministério da Justiça fortalece consumidor.gov para diminuir conflitos de consumo. Correio Braziliense, 12 mar. 2016. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/consumidor/ministerio-da-justica-fortalececonsumidor-4gov-para-diminuir-conflitos-de-consumo/>. Acesso em 16 mar. 2016.